

Intervenção proferida pelo Senhor Deputado Sérgio  
Ferreira no período legislativo de Maio 2002

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

O projecto da gare marítima de passageiros e terminal de “Ferries”, para a ilha de Santa Maria, já deveria estar concluído fazendo fé no plano a médio prazo.

Mas tarde, é o que nunca chega e parece que finalmente a referida obra vai começar.

Trata-se de um projecto bem conseguido que vem valorizar em muito toda a infra – estrutura portuária de Vila do Porto, além de vir colmatar uma carência que era por demais notória.

Mas algo está errado em todo este processo do transporte marítimo de passageiros Inter – Ilhas.

Então, por um lado, o governo investe milhões de euros em infra – estruturas de apoio e por outro a empresa concessionária deste transporte tem horários que de forma alguma servem os interesses da ilha.

Como é que é possível que durante os meses de Julho e Setembro não existam escalas ao fim – de – semana, quando se sabe que no caso específico de Santa Maria a maior procura da ilha faz-se exactamente nesses dias ?

Como é que é possível que o barco inicie a sua operação um mês mais tarde daquilo que estava previsto nos horários, por causa da Feira de Ciência e Tecnologia?

Estamos de acordo que se realize a feira, não podemos é estar de acordo que esta se realize no mês de Maio, encurtando assim num mês o período de operação do barco.

Esta situação, extremamente penalizadora para a ilha, vem reduzir drasticamente a afluência de visitantes a Santa Maria, fazendo que a época alta se venha a confinar ao mês de Agosto.

Não se pode desenvolver o turismo se não melhorarmos as acessibilidades.

E neste particular Santa Maria em nada está a ser beneficiada, nem estão a ser tidos em linha de conta os enormes investimentos particulares que neste momento estão a ocorrer na ilha.

Se adicionarmos o facto de a escala por Santa Maria de um voo semanal de e para Lisboa, não ter sido contemplada neste concurso público, ao facto de os horários da Açorline não servirem a Ilha e de o porto de recreio estar á espera de melhor oportunidade, facilmente concluimos que algo tem que ser rapidamente revisto ou então a aposta no turismo não passa de mais um “Slogan” sem consequências práticas no desenvolvimento da ilha.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

As obras de remodelação e ampliação da Escola Bento Rodrigues decorriam a bom ritmo.

Tudo indicava que em Junho de 2003, prazo previsto para o terminus das referidas obras, as mesmas estariam prontas e que Santa Maria beneficiaria de uma escola mais moderna e mais adaptada às exigências do ensino actual.

Qual não é o nosso espanto, quando somos informados que a recuperação que fizeram nos primeiros blocos de aulas não terá seguimento na segunda fase da obra, ou seja, nos próximos blocos a serem recuperados, já não haverá intervenções ao nível da instalação eléctrica, casas de banho e esgotos.

Pergunta-se, o que terá acontecido para que neste momento a recuperação dos diversos blocos não se faça com a mesma qualidade?

Mais ainda, qual é a justificação que o governo tem para não proceder a qualquer intervenção no pavilhão desportivo?

Por outro lado, não faz sentido que num investimento tão vultuoso não se considerem equipamentos fundamentais, como por exemplo um auditório.

Tanto o conselho executivo da escola, como as associações de pais e de alunos, estavam convencidos que o projecto incluía a construção do auditório e ficaram bastante surpresos, quando verificaram que o mesmo não era para construir.

Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, será que não é mesmo possível a construção deste equipamento, nesta altura ?

Será que é razoável que dentro de dois ou três anos a escola volte a entrar em obras, quando poderia ficar tudo feito agora?

Será que V.Exa. não partilha da opinião que um auditório é um equipamento fundamental numa escola moderna e ao serviço da comunidade?

As questões que aqui levantamos, têm unicamente o sentido de alertar V.Exa. para situações que nos parecem passíveis de resolução e que proporcionariam, sem dúvida, uma escola nova, moderna, bem equipada, capaz de responder aos desafios do futuro, ao invés de se procederem a obras que além de não servirem os interesses da comunidade escolar, dentro de pouco tempo terão como consequência a existência de novos trabalhos de construção, com todos os inconvenientes que estes causam ao normal funcionamento da escola.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e senhores Membros do Governo

Em Maio do ano transacto foi apresentada nesta casa pelo P.S.D. uma proposta de resolução que visava a intervenção do Governo Regional no sentido de se proceder à limpeza e requalificação do Aeroporto de Santa Maria.

A referida proposta foi aprovada por unanimidade, tendo na altura os deputados da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tomado consciência da gravidade da situação e alertado no seu relatório para a necessidade de no mais curto espaço de tempo se proceder à

realização de um protocolo entre todas as entidades intervenientes, tendente à resolução do problema.

O que é pertinente perguntar nesta altura é se já foi assinado o protocolo e por outro lado se o Governo Regional já tem alguma data prevista para o arranque da referida limpeza.

Lembramos que a cada dia que passa, aquela zona, porta de entrada em Santa Maria, fica mais degradada e que cada vez mais é urgente tomar medidas que resolvam de uma vez por todas a situação existente.

Quando tanto se fala em turismo e ambiente não é admissível que possa existir por muito mais tempo a situação que se verifica actualmente.

Urge assim que o Governo Regional, dando cumprimento à Resolução oportunamente aprovada nesta Assembleia, tome as medidas necessárias à rápida e definitiva solução do problema.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os assuntos que pretendi aqui levantar, são de crucial importância para o desenvolvimento de Santa Maria.

As ilhas mais pequenas dependem em muito da capacidade de intervenção das entidades públicas, no sentido de estas funcionarem como motor do seu desenvolvimento.

Não pode o governo esquecer este pressuposto, sob pena de estar a acentuar as assimetrias existentes na região.

Situações como as atrás descritas, ou como por exemplo o facto de agora terem sido canceladas as Feiras de Actividades Económicas nas ilhas mais pequenas, com a desculpa que não há dinheiro, em nada contribuem para o desenvolvimento harmónico dos Açores.

É preciso ter ainda em linha de conta que no caso específico de Santa Maria, a feira realizava-se de dois em dois anos e que é extremamente penalizador para os nossos empresários não poderem contar este ano com este evento que ainda por cima tinha a particularidade de em conjunto ir decorrer também a feira agrícola.

O governo tem como obrigação promover o desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas dos Açores e tem acima de tudo que ter uma actuação solidária com as ilhas mais pequenas, ou seja deve aplicar nos Açores a mesma solidariedade que tanto reclama do governo central.

Disse.